



MULHERES NEGRAS AINDA SÃO MAIORES VÍTIMAS DE ASSASSINATO E NA ESCOLA PODEMOS MUDAR ESSA REALIDADE

Quando elegemos o primeiro trabalhador para a presidência do Brasil e vimos políticas públicas serem implementadas, sonhamos com efetivas mudanças na relação de gêneros.

As cotas em universidades públicas, implementadas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foram responsáveis por democratizar o acesso à Academia. Negras, mulheres, pobres puderam estudar e a realidade mudou dentro e fora do mercado de trabalho. As políticas de acesso à habitação, com prioridade para mulheres, também foram responsáveis por garantir autonomia, enquanto a Lei Maria da Penha, mais uma medida implementada durante o governo Lula, foi fundamental para combater agressores e colocar o tema em pauta.

Porém, a resposta veio à altura. Formada e alimentada por setores e lideranças conservadoras, parte da população, até mesmo a que se beneficiava das medidas, passou a atacá-las, plantar fake news e pior, a eleger governos e parlamentares inimigos que enfraqueceram o investimento nessas ações fundamentais.

O resultado está no lar e em 2025, 3,7 milhões de brasileiras sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar, de acordo com o Instituto de Pesquisa DataSenado. A maioria das agressões ocorreu na presença de outras pessoas, principalmente crianças (71% dos casos).

Os casos têm ficado cada vez mais frequentes e apesar do endurecimento da legislação, como a implementação da Lei do Feminicídio, sancionada em 2015 pela presidenta Dilma Rousseff (PT), os homens ainda se sentem à vontade para bater, ferir e matar.

Apenas nas últimas semanas, uma jovem de 17 anos sofreu estupro coletivo de quatro jovens, uma menina de 12 anos foi vítima de estupro, uma mulher de 71 anos sofreu abuso em um ônibus e uma jovem foi morta a facadas pelo ex-namorado na frente do filho. A pergunta “como matar uma mulher sem deixar rastros?” foi feita 163 milhões de vezes no Google em 2025!

Acrescido a esse cenário assustador, observamos que há recortes sociais e raciais nesta realidade. Basta observar que 8 em cada 10 feminicídios no país foram cometidos pelo ex ou



atual parceiro e 62% das vítimas eram negras, segundo Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança, divulgado no dia 4 de março.

O Pacto Nacional Brasil de Enfrentamento ao Feminicídio, assinado em fevereiro deste ano, e que compromete os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário a adotarem e apoiarem medidas para acabar com a violência contra a mulher são uma ótima notícia, mas precisamos que se materialize em ações.

Afinal, também segundo o Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança, metade dos feminicídios ocorreu em cidades com até 100 mil habitantes e apenas 5% delas tinha delegacia da mulher. Portanto, a falta de estrutura de atendimento a vítimas em cidades menores pode resultar em mais mortes.

Caso realmente desejemos mudar essa realidade, devemos começar por, nas próximas eleições, não votar em nossos inimigos. Governos como o de São Paulo, que não investem em ampliar nosso acesso ao mercado de trabalho e em estrutura de prevenção ou de atendimento em delegacias 24 horas para a mulher, não são aliados. Ao contrário, fazem parte do grupo conservador que nos criminaliza e nos impede de utilizarmos o que já é nosso por direito, como o aborto em caso de gestação em decorrência de estupro.

A incompetência e falta de vontade política se manifesta na prática: em 2025, São Paulo foi o estado com maior número de casos de feminicídio de todo país, com 233 óbitos, segundo dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A valores como estes é que o governador Tarcísio de Freitas está alinhado. Assim como a impedir que os espaços de ensino sejam um lugar de debate e construção de uma sociedade livre da violência contra a mulher, pois quando a atual gestão apoia a militarização das escolas, também sufoca o ambiente de discussão e consciência crítica.

Neste 8 de Março, dia de luta e resistência, como funcionárias da educação, lembramos que nosso papel é nos unir e fazer das unidades de ensino um lugar de formação de cidadãos e cidadãs conscientes de que o machismo precisa ser extinto.

Caso você, trabalhadora, sofra violência no ambiente de trabalho, a AFUSE deve ser acionada por meio de diretoras e diretoras para que tome as providências cabíveis.

Além disso, temos o Disque 180, mais uma ferramenta de denúncia e acolhimento, 24 horas por dia, todos os dias da semana.

Ainda estamos aqui e aqui seguiremos até que todas sejamos livres.



Rosana Aparecida da Silva
Presidenta da AFUSE



Elizete de Souza Riz
Secretária de Gênero da AFUSE

A DIRETORIA - SP 8/3/2026

